

Documentação

Fonte *a crítica*

Data *31/8/97* Pg *A5*

Class. *Nordeste Amazonico*

88 geral

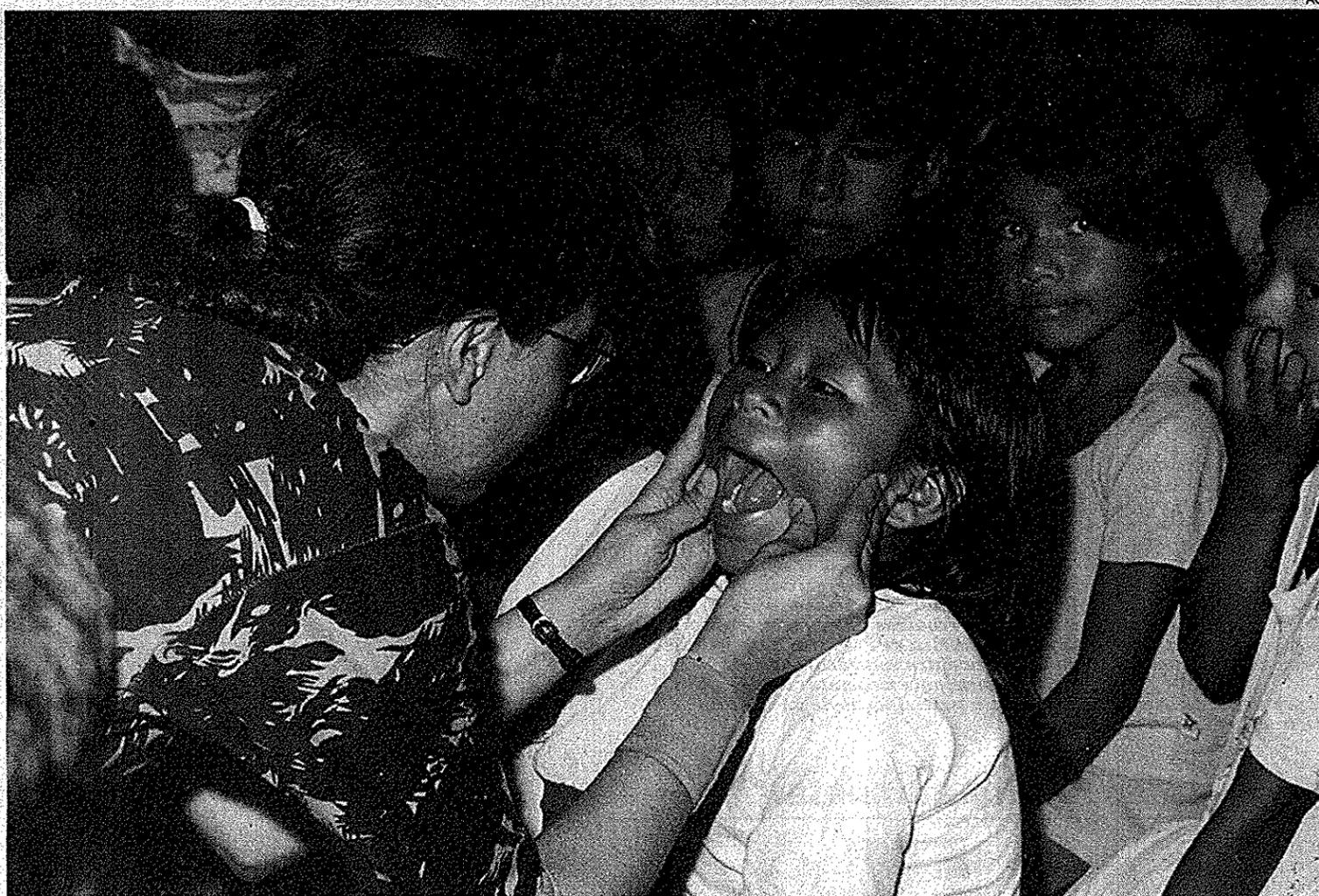
Manaus, domingo, 31 de agosto de 1997

CIDADES

a crítica A5

Conselhos tutelares chegam com atraso

Só este ano foi instalado no Amazonas o primeiro Conselho Tutelar. O estado está atrasado com relação ao Pará, por exemplo, que já tem 26



Crianças das comunidades rurais de Içana, Taraquá, Pari Cachoeira e Iauaretê receberam atendimento médico-odontológico

Ação social vai ao alto rio Negro

Quatro comunidades rurais do alto rio Negro (Içana, Taraquá, Pari Cachoeira e Iauaretê) foram as primeiras a receber atendimento da Ação Cívico-Social (Aciso), realizada pela Superintendência de Saúde do Amazonas (Susam), Forças Armadas, Ministério da Saúde e Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira.

Uma equipe formada por médicos, enfermeiros, dentista e assistente social, coordenada pela intendente do Alto Rio

Negro, Mary da Silva Alves, realizou durante as duas últimas semanas mais de 100 consultas médicas e cerca de 150 consultas odontológicas, que incluíram extrações, avaliações e exames.

Além do atendimento, os profissionais realizaram palestras de prevenção relacionadas à higiene bucal para cerca de 250 crianças e adolescentes. As mães receberam orientações sobre a importância da vacinação, do aleitamento mater-

no, alimentação alternativa, e como proceder para evitar as infecções respiratórias e diarreias em suas crianças.

Como parte da equipe, a chefe do Núcleo de Programas Especiais da Susam, Rosânia Coelho, também ministrou palestras para mais de 120 adolescentes, orientando-os sobre os métodos anticoncepcionais, menstruação, doenças sexualmente transmissíveis e higiene corporal. Além da comu-

nidade, a equipe de saúde do município de São Gabriel também recebeu instruções relacionadas à implementação do Programa Materno Infantil.

Além do material químico cirúrgico, a Susam levou mais de uma tonelada de medicamentos básicos para o abastecimento dos Centros de Saúde das quatro comunidades, da Secretaria de Saúde do município-sede, dos pelotões de fronteira e da Prelazia.

Se comparado com outros estados da região Norte como o Pará, o Amazonas é um dos mais atrasados na criação e organização dos Conselhos Tutelares, órgãos responsáveis pela fiscalização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Enquanto no estado o primeiro Conselho Tutelar foi eleito este ano, mas ainda não instalado oficialmente, no Pará já existem em 26 municípios.

Com relação aos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, a situação não é diferente. No Amazonas, com 62 municípios, estão criados e instalados conselhos em 18 municípios, com previsão para organizar mais quatro. No Pará, que tem 137 municípios, já existem 46 conselhos municipais funcionando.

Esses dados, segundo as representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca), Lucimar Weil e Claudete Moisés, revelam a falta de informação da sociedade amazonense quanto à importância e necessidade do Conselho Tutelar e a necessidade de maior empenho das autoridades da área para criar estes órgãos.

As duas participaram, há duas semanas, do 2º Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais de Direito, em Brasília, quando puderam ter acesso a dados do trabalho realizados por outros estados com relação aos direitos da criança. "Há locais como o Rio de Janeiro que já tem conselhos tutelares na maioria dos seus municípios", observou.

Índios e crianças - Do encontro realizado em Brasília, Lucimar e Claudete destacaram a aprovação de algumas das propostas levadas pelos 12 representantes do Amazonas, como a implantação de uma comissão perma-

nente com o objetivo de proceder estudos e dar orientações quanto às interações entre o Estatuto do Índio e o da Criança e Adolescente. "É importante conhecer a situação vivenciada pelas crianças e adolescentes indígenas, relacionando com o que diz o ECA", afirmam.

A recomendação para que o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda) amplie e implante programas de combate ao trabalho infantil, criando projetos que garantam uma renda mínima às famílias foi outra proposta apresentada pelos representantes do Amazonas também aprovada.

Os conselheiros votaram a favor de recomendação do Conanda ao Ministério da Justiça para fiscalizar o combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, indo às fronteiras, as áreas de garimpo e turísticas. "Em nosso estado, essas áreas são importantes economicamente e precisam ter acompanhamento", revela Lucimar. Ela destaca ainda, na área Judicial, a aprovação da proposta de criação de um órgão reunindo representantes do Judiciário, Ministério Público, Segurança, Defensoria e uma equipe multidisciplinar. O objetivo é dar um atendimento diferenciado ao menor que comete ato infracional. As propostas aprovadas serão encaminhadas ao Ministério da Justiça, mas só se tornarem válidas se regulamentadas; reforçando as regras já existentes no ECA. "Por isso é importante o empenho de todos os organismos que atuam na área da infância e adolescência para fazer valer o que está no Estatuto da Criança e do Adolescente", assegura Lucimar.

Pastoral da criança é avaliada

Será aberto na próxima segunda-feira, dia 1º, o Encontro Regional da Pastoral da Criança, entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O evento reunirá 40 representantes dos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Amapá para discutir e avaliar a comunicação na Pastoral, os 10 anos da entidade no estado e eleger a nova coordenadora estadual.

O encontro começará às 14h30, na sede da entidade Laura Vicuña, localizada na avenida André Araújo, s/n, Aleixo. E contará com a participação do assessor de comunicação da Pastoral da Criança nacional, jornalista Elson Faxina e a assessora nacional das regiões Nortes e Nordeste, Ana Ruth

Resende. Faxina vai falar sobre o trabalho na área da comunicação e Ana Ruth vai comandar uma avaliação do trabalho com as ações básicas de saúde feito pelas mulheres que atuam na entidade. "Vamos rever este trabalho, ampliando a visão que temos hoje para estas ações", revela a coordenadora da entidade em Manaus, Nádia Vettori.

Os 10 anos da Pastoral da Criança no Amazonas é outro ponto da pauta do encontro. "Vamos avaliar a caminhada durante esses 10 anos e definir as ações para os próximos", explica, ao revelar também que haverá a eleição para a escolha da nova coordenadora estadual, que vai substituir a atual, a irmã Giustina Zanato.